

DEBATE

ESPECIALISTAS DEFENDEM PROJETO QUE GARANTE A GUARDA COMPARTILHADA DOS FILHOS

Foto: Luis Carlos Campos Sales



Senador Moka preside discussão sobre guarda compartilhada

Os convidados da audiência pública realizada na quinta-feira, 20, foram unânimes ao defender a aprovação do projeto da Câmara dos Deputados (PLC 117/13).

A proposta foi enviada à CAS no começo deste mês e deve ser votada na reunião do colegiado desta quarta-feira, 26. "Assim que o projeto chegou às minhas mãos, designei o relator e pretendo colocar em votação logo depois do debate com os especialistas", avisou o presidente, Waldemir Moka. "Aqui não haverá procrastinação", ressaltou.

Participaram do debate, representantes da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude; do Conselho Consultivo Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família; da Associação de Pais e Mães Separados; do Instituto Brasileiro de Direito da Família; da Associação Brasileira Criança Feliz; e uma juíza da 3ª Vara Especializada em Família e Sucessões de Várzea Grande de Mato Grosso.

Os palestrantes que compuseram a mesa de debate disseram que a alteração no Código Civil é necessária para que a chamada guarda compartilhada ganhe legitimidade. "A guarda é a melhor solução para a criança, mas há muitos problemas na prática", ponderou a presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, Maria Roseli Guieessmann.

Apesar da guarda estar prevista no Código Civil brasileiro desde 2008, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 85% das decisões judiciais resultam na guarda unilateral das crianças, principalmente em benefício das mães.

Os especialistas ouvidos pelos senadores acham que diante de critérios subjetivos, a guarda compartilhada é sempre a melhor opção, que na maioria das vezes, não é acatada pelo judiciário. "Aqui não tem guarda compartilhada, já avisa o juiz na

hora da decisão", alertou Suzana Borges, presidente da Comissão de Mediação do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

A proposta - O projeto define a necessidade de divisão equilibrada do tempo de convivência dos filhos com a mãe e o pai, para que a guarda seja compartilhada e garanta os interesses da criança ou do adolescente.

No Senado, a proposta passou pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde recebeu substitutivo de Ângela Portela (PT-RR). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), restabelecendo o texto original.

O relator do projeto na CAS, senador Jayme Campos (DEM-MT), precisa decidir se haverá mudanças no texto original ou se a proposta enviada pelos deputados será mantida. Se houver alterações, a matéria volta para a Câmara dos Deputados. Se for aprovada como chegou ao Senado, vai direto para a sanção presidencial.

Foto: Luis Carlos Campos Sales



Senador Jayme Campos - relator do projeto da guarda compartilhada na CAS

EMENDAS DA CAS À LDO PRIORIZAM SAÚDE, IDOSO E INFÂNCIA

Foram aprovadas na última quarta-feira (19), as emendas coletivas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, a LDO, que dá origem à Lei Orçamentária Anual (LOA). As emendas serão incorporadas ao relatório final da proposta orçamentária.

A CAS é a comissão do Senado que apresentou o maior número de emendas, chegando a 173, seguida pela Comissão de Educação (CE), com 117.

Relator das emendas apresentadas, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), presidente da Comissão, explicou que acatou os temas sugeridos pelos senadores em maior número e considerou a necessidade de garantir recursos aos programas da área social, para incluir, por exemplo, a atenção aos idosos. "Tradicionalmente,

beneficiamos a área de saúde, mas neste ano, estamos contemplando também outras áreas, como é função da Comissão de Assuntos Sociais", disse Moka ao ler seu relatório.

Idosos – Com o objetivo de estruturar a Rede de Serviços de Proteção Social Básica foram destinadas emendas para construir, ampliar, concluir, reformar, adaptar, recuperar e modernizar as unidades públicas da Rede de Proteção Social Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

O que se espera é que os Fundos de Assistência Social dos Municípios, Estados e Distrito Federal possam beneficiar unidades privadas sem fins lucrativos, integrantes da rede de Proteção Social Básica do SUAS, para melhorar o atendimento às

famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Saúde – A emenda aprovada tem o objetivo de atender os Hospitais, clínicas e centros especializados com um conjunto de ações de maior complexidade e custo na atenção à saúde - média e alta complexidade - executada por profissionais e estabelecimentos especializados.

Rede Sarah – O objetivo é garantir recursos no orçamento para a manutenção do contrato de gestão entre a Associação das Pioneiras Sociais e a União para dar continuidade aos serviços de assistência médica especializada, gratuita e de reconhecida qualidade prestada pela Rede Sarah de Hospitais, aos pacientes de todos os níveis da população.

CLIPPING CAS

REMUNERAÇÃO DE LIDERANÇAS SINDICAIS GERA IMPASSE ENTRE GOVERNO E SERVIDORES PÚBLICOS

Edilson Rodrigues / Agência Senado



Senador Paulo Paim debate licença classista remunerada

Representantes de entidades de classe não entraram em acordo com o governo sobre a licença remunerada para dirigentes sindicais do serviço público federal. O assunto foi tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), sob o comando do senador Paulo Paim (PT-RS).

Os servidores exigem liberação de ponto e o pagamento das lideranças por conta do

governo conforme o tamanho da entidade. A proposta havia sido aprovada por emenda do deputado Vicentinho (PT-SP) inserida na Medida Provisória 632/2014, mas foi vetada pela presidente Dilma Rousseff.

Pela proposta do deputado, os sindicatos de até 5 mil associados poderiam contar com 2 servidores; de 5.001 a 30 mil associados, com 4; e as entidades maiores, com mais de 30 mil

AGÊNCIA SENADO

associados, com 8 representantes.

A presidente Dilma alegou que a licença classista remunerada representa um custo para os cofres públicos da ordem de R\$ 147 milhões, argumento que foi contestado pelos convidados da audiência pública. Eles alegaram também que a maioria dos estados já concede aos servidores o direito de serem representados por dirigentes remunerados.

- A demanda é antiga e não se trata de ônus para o Estado, tampouco privilégio, mas um direito dos trabalhadores. Além disso, a repercussão financeira não é tão alta assim - defendeu o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Roberto Kupski.

O assessor do Ministério do Planejamento Vladimir Nepomuceno contestou dizendo que o governo não se furta a pagar, mas que quer discutir melhores critérios.

- Qualquer coisa que faça para servidor federal reflete diretamente nos estados e municípios. Tem que tomar cuidado com o que se escreve aqui - disse o assessor.

Expediente | INFORME DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS) DO SENADO FEDERAL

Presidente da CAS – Senador Waldemir Moka
Secretária da Comissão - Dulcília Ramos Calhao
Fotos - Luís Carlos Campos Sales
Informações - imprensacas@senado.gov.br

Impressão
Secretaria Especial de Editoração e Publicações | SEEP
Coordenação de Edição
Eduardo Perácio (SEEP)
Projeto Gráfico
SEIMEL (SEEP)

Agenda

- Terça-feira, 25/11
11h – Audiência pública sobre "Licença classista remunerada"
- Quarta-feira, 26/11
9h – Deliberativa da CAS
- 10h – Audiência pública conjunta com a Comissão de Educação para debater "Aportes das neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas"